

Discutindo trabalho docente e adoecimento

RESUMO

Bruno Padula Medeiros

Brun_o_medeiros@hotmail.com
<https://orcid.org/0009000170843666>
Universidade Federal do
Pampa, Jaguarão, Rs, Brasil

Suellen Ribeiro Medeiros

Sukinha_ribeiro@hotmail.com
<https://orcid.org/0000000266458087>
Universidade Federal do
Pampa, Jaguarão, Rs, Brasil

Silvana Maria Gritti

silvanagritti@unipampa.edu.br
<https://orcid.org/0000000289147847>
Universidade Federal do
Pampa, Jaguarão, Rs, Brasil

Neste artigo discutiremos conceitos teóricos sobre o trabalho docente, bem como as consequências deste perante a saúde dos docentes. Nessa perspectiva, primeiramente dissertaremos sobre o conceito de trabalho, assim como o de trabalho docente. Dito isso, para dialogarmos sobre a temática adotaremos olhares como o de Marx, Saviani e Tardif, em consonância com as mudanças sofridas ao longo dos anos a respeito dos termos trabalho e trabalho docente, assim como suas peculiaridades. Ainda neste estudo, problematizaremos os fatores e/ou causas para o adoecimento e o mal-estar no âmbito escolar. Somado a essa discussão traremos para esse debate o papel das políticas públicas envolvendo não só a saúde, mas também a escola na formação crítica e construtiva dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Docente. Adoecimento. Mal-estar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge pela necessidade de questionarmos e, conseqüentemente, compreendermos os fatores causadores e/ou potencializadores do mal-estar no âmbito escolar. Dessa maneira, o objetivo desse artigo versa justamente nesta seara de busca, pela compreensão dos fatores que contribuem para o adoecimento docente.

Nesse sentido, debatemos conceitos relacionados com a temática almejando diálogos provocativos que garantam e justifiquem a premissa do ambiente de trabalho, enquanto um espaço salutar a dignidade humana. Com isso estamos dizendo que devemos acender um alerta, toda vez que nos depararmos com um número expressivo de colegas de profissão adoecendo física e/ou mentalmente, no ambiente no qual estamos inseridos. Essa preocupação não só é necessária como deve ser analisada, denunciada e modificada, na intenção de propiciar um ambiente educativo que permita de fato o pleno exercício profissional dos docentes.

Por esse viés é de suma importância que tenhamos a consciência do cenário hostil e de descaso que se encontram boa parte destes profissionais da educação. Nessa lógica, acreditamos que esse artigo sirva para esperar e contribua para modificarmos essa realidade que assola tantos profissionais, bem como sirva para que possamos através dessa leitura entender um pouco mais sobre o tema em questão.

TRABALHO

Ao falarmos sobre trabalho é inevitável não pensar no seu surgimento, a partir do início da humanidade e o quanto este refletia a incessante busca pela sobrevivência que até hoje experienciamos, mesmo que com características distintas devido ao contexto de cada momento histórico. Nesse sentido, podemos nos reportar a tempos remotos em que o homem, criava suas próprias ferramentas rudimentares, que os serviam de aporte para caça, para defesa pessoal e de seu território.

Dessa maneira, corroboramos com o entendimento de Saviani, isto é, “conforme se modifica o modo de produção da existência humana, portanto o modo como o ser humano trabalha, mudam as formas pelas quais os homens existem” (SAVIANI, 2003, p. 133). Isso quer dizer que o trabalho é inerente à condição humana, sendo, o trabalho um elemento essencial na produção da existência humana, pois, desde os tempos mais remotos já havia amostras de trabalho manual, físico, organizacional entre outras começavam a fazer parte das necessidades que englobavam a luta do ser humano para subsistir.

Dito isso, podemos dizer que o trabalho pode ser abordado de diversas maneiras e enfoques, portanto, ele pode ser compreendido como uma espécie de “(...) levedura (...) a objetividade de que se compõe o capital deve ser

elaborada, consumida pelo trabalho (...) a mera subjetividade do trabalho enquanto forma pura deve ser eliminada e superada (...)” (MARX, 1986, p.238).

Nessa perspectiva podemos conceituar a palavra trabalho como uma atividade no qual o ser humano produz sua própria existência. Essa afirmação é de Marx (1983). Por essa lógica, não quer dizer que o ser humano exista para o trabalho, mas é por meio dele que produz os meios para manter-se vivo. Dito isso, o impacto do trabalho e do seu contexto exercem grande influência na construção do sujeito.

Trabalho é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p. 153).

Desse modo, a concepção de trabalho pode ser entendida enquanto um conjunto de atividades realizadas por meio do esforço feito por um ou mais indivíduos, com o objetivo de atingir uma meta. Tudo isso seria perfeito se a ganância não se sobressaísse à dignidade humana, na medida em que o lucro é o que realmente importa para atender as expectativas do capitalismo. Dessa forma, essa constatação torna-se cada vez mais evidente nessa sociedade que mais exclui do que inclui os sujeitos.

Cabe ressaltar que essas situações degradantes acontecem há tempos. É só lembrarmos os trabalhos nas fábricas com as tecelãs ou nas máquinas com os homens. Em ambos os casos, o relógio na parede já era um controlador da rentabilidade daqueles indivíduos, que permaneciam por longas horas, com os mesmos movimentos, sempre na mesma função gerando a eles, um grande desgaste físico e mental. Muitas vezes nem ao menos tinham o direito de ir ao banheiro quiçá de sentar. Essa situação degradante ocorreu por muito tempo ocasionando traumas, pelos movimentos recorrentes e, principalmente, na sanidade desses trabalhadores. Diante dessa dura realidade devemos buscar uma.

(...) sociedade que tenha o ser humano e suas relações com a natureza, por meio do trabalho, como centro e na qual a ciência e a tecnologia estejam submetidas a uma racionalidade ética ao invés de estarem, quase exclusivamente, a serviço do mercado e do fortalecimento dos indicadores econômicos (MOURA, 2008, p. 26).

Dessa maneira evidenciamos que existem muitas incongruências não só na composição e no modo de produção capitalista, bem como, na seara da educação

e do trabalho mediante esta conjuntura que envolvem diversas lutas ao longo dos anos por melhorias nestas classes trabalhistas. Dito isso um trabalho dentre seres humanos “garante que muitas decisões, pelo menos como possibilidade, sejam inalienáveis” (JAÉN, 1991, p. 82).

Sendo assim, segundo Braverman (1997), quando tratamos do trabalho humano, deveríamos pensar como algo inegociável, justamente, por que é humano. Para esse autor, não é possível destruir a lógica do capital, todavia, a natureza humana do trabalho tende a ser um contraponto que se difere nas relações sociais de trabalho postas pelo sistema capitalista, sendo esta uma referência defendida por Marx.

TRABALHO DOCENTE

A profissão docente no Brasil tem seu início no período da colonização com os jesuítas. Após a expulsão dessa ordem do território brasileiro, inicia-se um processo de institucionalização da formação docente, com o advento das escolas normais no século XIX, a partir de iniciativas governamentais. Consolidando-se no século XX como lócus da construção de cultura escolar no que tangencia as ordens educacionais, sociais e políticas (SAVIANI, 2009).

Nos anos que compreendem as décadas anteriores a 1930 até 1960, o Brasil passava por transformações estruturais. Fato este que resultou em um elevado crescimento no modo de produção capitalista culminando na construção do sistema nacional de educação pública. Neste contexto, podemos compreender que a educação e o trabalho estiveram, senão em todos, na maioria dos momentos históricos à mercê dos interesses capitalistas (Marx, 1986).

Posto isto, quando refletimos sobre a composição do processo educativo escolar percebemos uma redução no desenvolvimento das potencialidades intelectuais do indivíduo em detrimento daquelas que funcionam “(...) como geradores de capacidade de trabalho e conseqüentemente produção” (FRIGOTTO 1999, p. 40). Dessa forma, a formação independentemente de ser escolar ou não, deve respeitar as singularidades e possibilitar que os campos cognitivos não sejam utilizados como instrumentos de doutrinação dos sujeitos.

Nessa lógica, precisamos ter o discernimento para compreender que a escola é constituída por múltiplos sujeitos que possuem particularidades distintas. Nesse sentido, ao pensarmos sobre o dia a dia de uma escola, podemos enfatizar que ela (...) não se faz somente com os professores, na realidade, soma-se ao trabalho destes o de muitos outros profissionais para que resulte como fruto desse esforço coletivo, criado a partir da diversidade profissional (...) (SORATTO, OLIVIE; HECKLER, 1999, p. 122).

Desta forma, uma escola não constrói aprendizagem e conhecimento por parte de um sujeito só dentro de sua individualidade, haja vista, que a sala de aula é um espaço onde a aprendizagem envolve a relação entre os sujeitos. Assim sendo, cabe enfatizar que existem outros espaços formativos que se configuram enquanto mecanismos para a realização, inclusive contemplando outros sujeitos

para além da figura do professor. Nessa perspectiva, a sala de aula é apenas uma parte desse mecanismo de construção de aprendizagem e conhecimento que chamamos de escola (SORATTO; OLIVIE; HECKLER, 1999).

Pensando nisso, no que se diz respeito ao trabalho docente podemos notar uma imensidão de compromissos, cobranças e fracassos atribuídos ao docente. Dessa maneira, a docência exige um aprendizado constante com formações, cursos e aperfeiçoamento, que nem sempre dão conta de tamanha exigência. Nesse sentido à docência

(...) é um trabalho socialmente reconhecido, realizado por um grupo de profissionais específicos, que possuem uma formação longa e especializada (geralmente de nível universitário ou equivalente) e que atuam num território profissional relativamente bem protegido: não ensina quem quer; é necessária uma permissão, um credenciamento, um atestado, etc (TARDIF; LESSARD, 2009, p. 42).

Dito isso, engana-se quem pensa que o trabalho docente resume-se ao que é visto na/em sala de aula. Ele vai muito além, pois, quando a maioria dos trabalhadores chegam em casa e, normalmente, vão realizar outras atividades: domésticas, lazer, entre outras; o docente continua trabalhando em prol de sua profissão. E, no ensino remoto a demanda foi ainda maior, pois na docência temos planejamento de aulas, estudos de qualificação, correção e elaboração de provas, entre outras atividades. E, assim permanecemos nesse círculo vicioso que parece não ter fim, visto que, envolve muitas outras obrigações que não se resumem ao

(...) trabalho realizado em sala de aula, como o processo que envolve o ensino e a aprendizagem, mas, também a participação do professor no planejamento das atividades, na elaboração de propostas político-pedagógicas e na própria gestão da escola, incluindo formas coletivas de realização do trabalho escolar, articulação da escola com as famílias e a comunidade (DUARTE et al, 2008, p. 222).

Assim quando analisamos o trabalho docente, desmistificamos a visão de que o professor atua apenas na sala de aula, uma vez que esse processo tem uma amplitude muito mais complexa. Além da sala de aula o professor tem que ocupar outras funções dentro e fora da escola. Nessa perspectiva, o trabalho docente abarca

(...) a ação, a cognição e a emoção, fazendo com que as situações e as interações locais dependam de seus agentes (docentes e discentes), mesmo que os conhecimentos e condutas sejam especificados pelos contextos. As atividades sociais dos agentes precisam ser negociadas e relacionadas às suas experiências e formação. Isso indica que o trabalho docente,

concomitante à sua dimensão social, é também um trabalho emocional (VIEIRA; FONSECA, 2010 p. 04).

Desse modo, o trabalho docente perpassa o solo das incertezas, pois, sua aplicabilidade envolve agentes históricos. Fato esse, que comporta acordos muitas vezes provisórios, em que as garantias têm mais haver com confiança, do que com hierarquia, principalmente, se quisermos garantir a construção de significados, a produção e o compartilhamento de saberes mesmo com relações sociais complexas. Além disso, a práxis docente passa por um exercício reflexivo contínuo, que repensa formas, conteúdos, metodologias objetivando sucesso na socialização do trabalho docente em consonância a realidade histórica vivida.

TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA

O novo Coronavírus (COVID-19) causou o adoecimento da população em função do vírus Sars-Cov-2, cujo primeiro caso de infecção foi registrado em dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Desde então, aquilo que inicialmente pensávamos que pudesse ser uma epidemia cresceu exponencialmente atingindo diversos países do mundo. Diante desse cenário, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde considerou que se tratava de uma pandemia que atingiu inúmeros setores, entre eles a educação (OMS, 2019).

Desde março de 2020, cerca de 48 milhões de estudantes deixaram de frequentar as atividades presenciais nas mais de 180 mil escolas de Ensino Básico espalhadas pelo Brasil como forma de prevenção à propagação do coronavírus (INEP, 2019).

Dessa maneira, as diversas circunstâncias impostas pela COVID-19 trouxeram uma série de mudanças ao contexto educacional, uma vez que foi necessário o fechamento de escolas e instituições de ensino superior para conter a transmissão do vírus. Nesse sentido, Furtado (2020) vê como uma das necessidades contemporâneas, impostas pela pandemia, a obrigação de pensar como as pessoas se adaptarão a essa nova realidade, em particular, no contexto educacional, pois, esta pandemia impôs uma nova realidade trazendo mudanças drásticas para todos os setores: econômico, social, entre outros.

Nessa lógica, em se tratando do âmbito educativo adotamos como nomenclatura de trabalho a expressão o “novo normal”. Isso envolve pensar, questionar e se reinventar quanto ao modelo educativo até então vigente, ou seja, estávamos nos deparando com o afastamento das relações de sociabilidade baseadas no contato entre os sujeitos oriundo das relações afetivas construídas em sala. O sentar junto e o dividir, por exemplo, passaram a fazer parte da lista de restrições quando tratamos de distanciamento social. Além disso, para muitos, era chegado o momento de sair da zona de conforto e enfrentar o “novo”. Novo este que provoca medo, pois, não conhecemos o caminho a percorrer.

As mudanças exigidas no perfil de um novo profissional são presentes e deixam muitos professores insones e preocupados na procura de como ensinar em um mundo com tantas mudanças. Elas não param de acontecer a uma velocidade de que não permite que o acompanhamento seja generalista (MUNHOZ, 2018, p. 34).

Ainda nesse contexto de transformações sofridas no mundo todo devido ao período pandêmico, bem como de mudanças vividas pelos docentes, podemos dizer que não estávamos preparados para encarar essa realidade, logo, nos deparamos com um alto nível de estresse, ansiedade e frustrações. Desse modo, para Leite; Souza (2007), o momento atual revela e aponta os novos rumos e desafios nas tarefas educacionais, que, sob um olhar mais amplo, podem ser considerados como um ato quase impossível de ensinar.

Dessa forma, parece haver falta de esperança, trabalho intenso, estresse excessivo e, sobretudo, um evidente descaso acompanhado da falta de apoio social, político e cultural deixando grande parte dos professores frustrados, por vezes, sobrecarregados, adoentados e em sofrimento. Por isso, o ato de ensinar

(...) tornou-se penoso e há uma angústia por não saber fazê-lo atualmente. Estes professores parecem anunciar um descompasso entre suas concepções, valores e representações acerca do ensinar – elaboradas no decorrer da carreira – em relação aos estudantes com os quais atuam (...) (VASCONCELOS; MIRANDA, 2012, p. 2).

Dessa forma, a pandemia exigiu dos professores que se reinventassem em um curto período de tempo, portanto, incorporar as tecnologias da informação e da comunicação tornou-se quase que uma obrigatoriedade na relação entre professores e estudantes, haja vista, que o ensino presencial foi sucumbido, logo, além de todas as adaptações pedagógicas necessárias para que as aulas remotas pudessem acontecer, o domínio das tecnologias tornou-se outra exigência. Todos esses desafios para Duraku e Hoxha (2020) acarretaram uma sobrecarga de trabalho.

A pandemia agravou o cenário de aprendizagem dos estudantes, principalmente, com as crianças e adolescentes de baixa renda. Nesse sentido, os professores ficaram com uma incumbência quase que utópica de fazer um trabalho de qualidade e alcançar todos os estudantes. Tarefa extremamente difícil, devido, ao grande abismo existente entre aqueles que têm muito e os que pouco têm. Fator este, que causa frustrações aos professores e evidencia que não existe uma fórmula que padronize todos educandos, pois, as oportunidades não são iguais (NASCIMENTO et al, 2020). Uma vez que sabemos que a conjuntura econômica, social e política interfere no processo de ensino-aprendizagem.

A insatisfação e a falta de perspectiva de crescimento desestimula professores, que passam a ver a escola e suas atividades como um fardo pesado e sem gratificação

pessoal mingando sus forças internas motivacionais no dia-a-dia. “o resultado é a queda no desempenho, frustração, alteração de humor e consequência físicas e mentais” (LIPP, 2002, p. 19).

Nesse sentido afirmamos que as dificuldades encontradas pelos professores na pandemia são inúmeras envolvendo angústias, anseios, metas e objetivos pré-estabelecidos que ao não serem alcançados podem gerar consequências nocivas à saúde do professor.

ADOCIMENTO DOCENTE

Antes mesmo de nos dedicarmos a discussão sobre o adoecimento, pensamos ser de grande relevância falarmos sobre o conceito de saúde. Também é interessante conceituarmos o que compreendemos por saúde do trabalhador. Nesse sentido, o conceito de saúde pode ser defendido pelo viés da “saúde com possibilidade de adoecimento” (CANGUILHEM, 2006; COELHO; ALMEIDA FILHO, 2003).

Nessa seara, podemos entender a saúde enquanto uma referência no enfretamento do novo, isto é, pela “margem de tolerância ou de segurança que cada um possui para enfrentar e superar as infidelidades do meio” (CANGUILHEM, 2006, p. 148). Nessa mesma linha, Coelho & Almeida Filho, (2003) acreditam que um dos elementos característicos da saúde é a própria ameaça à da doença. Indo além, Sabroza (2001) defende a ideia que o conceito de saúde deve estar incluso naqueles que não são precisos, logo,

Ao contrário de conceitos bem estabelecidos, demarcados pelos limites que explicitam as suas condições, os conceitos imprecisos são definidos a partir de questões centrais e de suas interações com outros conceitos com os quais se relacionam, sempre a partir de perspectivas definidas em determinado período histórico (SABROZA, 2001, 04).

Sendo assim, corroboramos com Sabroza (2001) sobre esse conceito, ao passo que sua construção se realiza com agentes sociais concretos, bem como, por suas transições no tempo histórico. Falando sobre essa historização adotamos nesse estudo a concepção de saúde do trabalhador num panorama bastante próximo ao que propõe Sabroza (2001).

O conceito de saúde do trabalhador é carregado de historicidade, criticidade. Então, pensar em saúde do trabalhador significa trazer à tona dois referenciais fundamentais: a análise do processo de trabalho, a partir da acepção marxiana, e o trabalhador como ser social de intervenção desse processo em torno da luta pelo direito à saúde e condições de trabalho que não o agrida (OLIVAR, 2010, p. 316).

Posto isso, é importante enfatizarmos que a saúde do trabalhador tem custado caro. E pouco importa essa para o capital, uma vez o valor que lhe é estimado se dá pelo lucro, ou seja, o que importa é produtividade do trabalhador, independentemente da sua especialidade, assim o trabalho docente é parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, estando submetido, portanto, à sua lógica e às suas contradições” (DUARTE. 2011, p. 163). Pensando nisso, talvez esse seja um dos motivos, que faz com que boa parte dos docentes sofram algum tipo de adoecimento ao longo de suas carreiras.

As implicações para a saúde do professor, diante das atuais formas de ser do trabalho educativo configuram um quadro problemático, que permeia desde o abandono da carreira até problemas de saúde, relacionado ao sofrimento extremo, colocando em questão a relação entre a objetividade social, os sentidos do trabalho e a sua não realização (LANDINI, 2006, p. 01).

Ainda nesse sentido podemos dizer que a docência é, historicamente, uma profissão em que a sociedade deposita muitas expectativas. Essa atividade que já foi considerada uma ocupação considerada “nobre” foi deixando de ser valorizada socialmente ao longo do tempo, ocasionando uma série de percalços, com relação às expectativas colocadas no educador e, por conseguinte, no educando.

Assim Benevides-Pereira (2012) diz que diante desses entraves damos destaque às muitas obrigações impostas ao educador e o pouco apoio e instrumentalização para que essas se efetivem, portanto, o professor tornou-se um profissional carente de atenção, tanto no campo de trabalho quanto em relação à própria saúde. Nessa lógica, os estudos de Czekster (2009), Landini (2006) e Paparelli (2010) demonstram casos, em que docentes estão em processo gradativo de adoecimento.

Dessa maneira, no dicionário organizado por Oliveira et al (2010), o conceito de adoecimento refere-se ao ato de adoecer, acarretando uma interrupção, uma disfunção sistemática e/ou corpórea. Ainda que tenhamos essa conceituação ao realizarmos leituras sobre o adoecimento percebemos que há uma escassez de conceitos nesta temática. Isto é, encontramos causas e/ ou consequências, contudo, na grande maioria das vezes a concepção de mal-estar se sobressai a de adoecimento, por vezes parece que se trata de uma mesma conceituação. Dito isso, justificamos nesse momento a carestia de discussão sobre este conceito, entretanto, se fossemos adotar uma designação pessoal talvez vinculássemos este conceito com sofrimento.

MAL-ESTAR

Segundo o dicionário podemos descrever o tema mal-estar como sensação desagradável de perturbação do organismo; indisposição que não chega a configurar doença; incômodo, indisposição. Assim quando tratamos do termo mal-estar, não nos referimos apenas ao seu conceito e a ideia de não estar bem

com alguma situação, mas, estamos tratando de suas inúmeras variáveis e causas, em maior ou menor gravidade que assolam sujeitos distintos. Além disso, ao discorrermos sobre esse conceito cabe inserirmos, inicialmente, nesse debate o sentido contrário (bem-estar) que permeia um caráter qualitativo unindo

(...) o sentimento de bem-estar, a visão da finitude dos meios para alcançá-lo e a disposição para, solidariamente, ampliar as possibilidades presentes e futuras. Portanto, da mesma forma que a noção de saúde, a qualidade de vida, dentro do enfoque ecossistêmico, é como um guarda-chuva onde estão ao abrigo nossos desejos de felicidade; nossos parâmetros de direitos humanos; nosso empenho em ampliar as fronteiras dos direitos sociais e das condições de ser saudável e de promover a saúde (MINAYO, 2002, p 174).

Desse modo, compreendemos que o bem-estar se trata de um estado de plenitude dos sujeitos. Por outro lado, ao pensarmos na sua antítese nos reportamos a Sigmund Freud, o pioneiro, segundo Rodrigues (2009) na introdução (1930) do conceito de mal-estar. Visto que o mesmo analisou o sofrimento humano e suas variáveis psicossomáticas em seu livro, intitulado: “O mal-estar na cultura”, neste Freud elucida que o caráter estrutural do mal-estar ocorre pela tensão dada na relação com o outro.

Nessa perspectiva, para Rodrigues (2009) o mal-estar trata-se de um fenômeno de caráter mundial que pode ser estimado, enquanto uma doença social que reflete transformações sociais e econômicas afetando profissões, entre elas a docente. Por esse viés, trazemos outra definição por meio das contribuições de Esteve (1999).

A expressão “mal-estar docente” é intencionalmente ambígua. O termo “mal-estar” refere-se, segundo o Dicionário da Academia Real da Língua, a um “desolamento ou incômodo indefinível”. A dor é algo determinado e que podemos localizar. A doença tem sintomas manifestos. Quando usamos o termo “mal-estar” sabemos que algo não vai bem, mas não somos capazes de definir o que não funciona e por que (ESTEVE, 1999, p. 12, aspas do autor).

Dessa maneira, Esteve (1995) trabalha com algumas consequências mais evidentes e presentes no mal-estar docente, a saber: sentimentos de desajustamento, desejos manifestos ou velados de abandonar a docência, esgotamento, angústia, estresse, auto depreciação, depressão, ansiedade, entre outras. Diante disso, torna-se urgente pensar e repensar as formas de ensino e aprendizagem – presencial híbrida ou remota – para que docentes e alunos não venham a intensificar, de maneira negativa, questões vinculadas a esse mal-estar.

Cabe ressaltar que conforme Esteve (1999), o termo mal-estar docente é uma preocupação comum no cotidiano da maioria dos professores, que estão

desconformes não só com suas condições de trabalho, mas também consigo mesmos. Nessa lógica, Souza e Leite (2011), enfatizam que a nomenclatura mal-estar docente descreve efeitos duradouros de caráter negativo, cuja personalidade afeta o professor, resultado nas condições do exercício da docência.

Diante dessas discussões, mencionamos uma designação que está bastante em voga, que é a “Síndrome de Burnout”. Esta ocasiona um esgotamento profissional a tal ponto, que no Brasil, surge um decreto (3.048, de 6 de maio de 1999), aprovando o Regulamento da Previdência Social sobre, Agentes Patogênicos causadores de Doenças Profissionais que comporta uma tabela que cita a “Sensação de Estar Acabado” (“Síndrome de Burnout”, “Síndrome do Esgotamento Profissional”) como sinônimos do Burnout, que, dentro do CID-10, recebe o código Z73.0 (TRIGO; TENG; HALLAK, 2007).

Nesse sentido, são múltiplos os fatores que ocasionam segundo Esteve (1999) o mal-estar docente combinando fatores que conduzem os professores a um estado de ansiedade, e esgotamento afetando sua capacidade e sua personalidade. Nesse sentido os docentes se sentem obrigados a responder às novas exigências pedagógicas e também administrativas. Tudo isso, reflete a sensação de insegurança e desamparo, na medida em que, as condições de trabalho não são adequadas (OLIVEIRA, 2004).

POLÍTICAS PÚBLICAS ENVOLVENDO SAÚDE E ESCOLA

Sobre este conceito salientamos que as definições encontradas carecem de precisão. Desse modo, para (FERREIRA, 2011, p. 42): “não existe uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública”. Dito isto, Mead(1995) a define dentro do contexto e do estudo da política analisando o governo quando se trata de grandes questões públicas. Já Lynn (1980), trabalha com o prisma de um apanhado de ações do governo, com o intuito de produzir efeitos específicos.

Para Peters (1986) política pública é toda ação governamental que influencia a vida dos cidadãos. Na mesma linha, Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como aquilo que o governo opta ou não por fazer. Essas designações corroboram com Bachrach e Baratz (1962), que compreendem que o ato de não fazer nada, em relação a um problema também é uma forma de política pública. Nesse sentido, os conceitos expostos dialogam sobre as políticas públicas tangenciando-as políticas públicas no entrelaçamento de esferas governamentais agindo sobre uma parcela da sociedade.

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-

estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isso ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e esses mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam às demandas da população (LOPES, 2008, p. 05).

Nessa perspectiva, precisamos ter discernimento que em muitos momentos, as medidas adotadas enquanto políticas públicas têm muito mais efeito no sentido de marketing, do que de eficácia na vida dos indivíduos. Com isso, estamos dizendo que há sim uma interferência na vida de homens e mulheres mais devemos problematizar essa variante, porque não são raras as manobras adotadas, muitas vezes, de formas superficiais e/ou evasivas que atendem paliativamente situações que deveriam ter atenção e prospecção em longo prazo.

Posto isto, embora saibamos que tanto na área da saúde quanto na área da educação iremos encontrar políticas públicas, muito pouco se consegue sobre a saúde do docente. Na esfera educacional temos discussões oriundas da Lei nº9.394/96 tratando sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Assim como, na Lei nº 11.738/2008, instituindo o piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (conhecida como “Lei do Piso”). Essa última, por exemplo, trouxe algumas inovações no mundo jurídico que acabou repercutindo no cotidiano de professores e dirigentes da educação pública. Além disso, em ambas encontramos pequenas sugestões que remetem a questões que estariam voltadas a saúde dos docentes, ou seja, existem algumas preocupações com relação à carga horária destes, a fim de diminuir essa sobrecarga e, por conseguinte, prevenir o adoecimento.

Dessa forma, ainda que ocorra muito timidamente discussões quase que eventuais sobre a saúde e o bem-estar dos docentes, elas findam no próprio documento, haja vista, que há um grande distanciamento do documento para a prática. Fato este, que não difere de outras políticas públicas, que muito embora indiquem e realizem ponderações, não instrumentalizam os sujeitos. Parece que realmente a ideia central é que os discursos da qualidade de vida, da igualdade de oportunidades, da erradicação da pobreza, da educação para todos, entre outros tantos se detenham somente ao papel, pois, ainda há um grande abismo entre o discurso e a realidade vivida pela maioria da população.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, acreditamos que é possível minimizar o adoecimento docente tornando-o uma realidade no ambiente educativo, porém, para essa concretização o diálogo deve ser oportuno para os sujeitos. Isso quer dizer, que é necessário escutar o outro, pois, por mais estranho que pareça nossas

individualidades nos induzem a falarmos mais do que ouvirmos, como se somente o nosso conhecimento fosse primordial.

Podemos notar que são vários os fatores que causam o adoecimento docente, porém, a desvalorização do professor e a carga horária exaustiva, somado a falta de políticas públicas eficientes justificam o excesso de adoecimento, seja físico ou mental nos profissionais da educação.

Dessa maneira, esperamos que este trabalho possa também servir como um instrumento de apoio para outros pesquisadores interessados pela temática do adoecimento docente. Seja por meio da escrita de novos trabalhos ou como base argumentativa em debates e/ou na cobrança políticas públicas mais eficientes e zelosas com a saúde docente.

Da mesma forma, compreendemos que este estudo poderá provocar além de outras reflexões oportunas, sujeitos mais críticos, reflexivos, criativos, muito mais esperançosos e preparados para lutar contra todos os males que acometem o adoecimento. Esta tomada de consciência é parte de um processo, em que o indivíduo passa a reconhecer seu papel de agente histórico. Assim através dessa compreensão passamos a reivindicar cada vez mais, ações que promovam um olhar diferenciado para a saúde e qualidade de vida do docente, uma vez que isso refletirá em melhorias não só no processo educativo como na vida formativa dos sujeitos.

Discussing teaching work and illness

ABSTRACT

In this article, we will discuss theoretical concepts about teaching work, as well as its consequences for teachers' health. From this perspective, we will first discuss the concept of work, as well as that of teaching work. That said, in order to dialogue on the subject, we will adopt views such as Marx, Saviani e Tardif, in line with the changes undergone over the years regarding the terms work and teaching work, as well as their peculiarities. Still in this study, we will problematize the factors and/or causes for illness and malaise in the school environment. Added to this discussion, we bring to this debate the role of public policies involving not only health, but also the school in the critical and constructive formation of subjects.

KEYWORDS: Work. Teacher. Illness. Malaise.

Discutir el trabajo docente y la enfermedad.

RESUMEN

En este artículo, discutiremos conceptos teóricos sobre el trabajo docente, así como sus consecuencias para la salud de los docentes. Desde esta perspectiva, abordaremos en primer lugar el concepto de trabajo, así como el de trabajo docente. Dicho esto, para dialogar sobre el tema, adoptaremos perspectivas como la de Marx, Saviani e Tardif, en consonancia con los cambios experimentados a lo largo de los años en torno a los términos trabajo y trabajo docente, así como sus peculiaridades. Aún en este estudio, problematizaremos los factores y/o causas de enfermedad y malestar en el ambiente escolar. Sumado a esta discusión, traemos para este debate el papel de las políticas públicas que involucran no sólo a la salud, sino también a la escuela en la formación crítica y constructiva de los sujetos.

PALABRAS CLAVE: Trabajo. Maestro. Enfermedad. Malestar

REFERÊNCIAS

BACHRACHB, P.; BARATZ, M. S. "Two Faces of Power". **American Science Review**. v. 56, p. 947-952, 1962.

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Considerações sobre a síndrome de burnout e seu impacto no ensino. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 62, nº 137, p. 155-168, 2012.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

COELHO, M. T. Á. D.; ALMEIDA FILHO, N. **Análise do conceito de saúde a partir da epistemologia de Canguilhem e Foucault**. In: GOLDENBERG, P.; GOMES, M. H. de A. & MARSIGLIA, R. M. G. (Orgs.) **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

CZEKSTER, M. D. V. **Sofrimento e prazer no Trabalho Docente em Escola Pública**, 2009. Disponível em <http://www.lume.ufrg.br/handle/10183/10623>.

DUARTE, A. et al. Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 221- 236, jan./abr. 2008.

DUARTE, A. **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. 2011.

DURAKU, Z. H.; HOXHA, L. **The impact of COVID-19 on education and on the well-being of teachers, parents, and students: Challenges related to remote (online) learning and opportunities for advancing the quality of education**. Pre-print, 2020.

DYE, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall, 1984.

ESTEVE, J. M. **Mal-estar docente: a sala de aula e saúde dos professores**. Bauru: EDUSC, 1999.

ESTEVE, J. M. **Mudanças Sociais e a função docente**. Lisboa, Portugal: Porto Editora. 1995.

FERREIRA, P. A.. **Gestão de Políticas Públicas: uma proposta de modelo processual de análise**. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG, 2011.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FURTADO, J. **Não fomos preparados para isso!** Live (1h 12 min 38 seg). Publicado pelo canal Sala dos Professores. 2020. Recuperado de: https://www.youtube.com/watch?v=fbg66jVhq_8.

JÁEN, M. J. Os docentes e a racionalização do trabalho em educação: elementos para uma crítica da teoria da proletarianização dos docentes. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 74-90, 1991.

LANDINI, T. S. “Violência sexual contra crianças na mídia impressa: Gênero e geração”. **Cadernos Pagu**, nº 26, pp. 225-252, 2006.

LEITE, M. P.; SOUZA, A. N. (coord.). **Condições de trabalho e suas repercussões na saúde de professores da educação básica no Brasil: estado da arte**. Campinas: Fundacentro/Unicamp, 2007.

LIPP, M. N. (org.). **O Stress do Professor**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; WAHRENDORFF, R. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, 2008.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MARX, K. **O capital**. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **Elementos Fundamentais para a crítica de la Economia Política**. (Grundrisse). Trad. Pedro Scaron. México: Ed. SigloVeintiuno, 1986.

MEAD, L. M. “**Public Policy: Vision, Potential, Limits**”, Policy Currents, Fevereiro: 1-4. 1995.

MINAYO, M. C. de S. **Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida**. In: MINAYO, M. C. de S. & MIRANDA, A. C. de. Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MOURA, D.; LIMA FILHO, D.; SILVA, R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. In: Anais: **35ª Reunião anual da ANPEd**: Porto de Galinhas, 2012 (mimeo)

MUNHOZ, A. S. **Aprendizagem baseada em problemas**. São Paulo: CENGAGE, 2018

NASCIMENTO, P. M. et al. **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. IPEA, Brasil, 2020.

OLIVAR, M. S. P.. O campo político da saúde do trabalhador e o serviço social. **Serv. Soc.** São Paulo, n. 102, p. 314-338, abr./jun. 2010.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Revista Educação & Sociedade**, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário de trabalho, profissão e condição docente (CD-ROM)**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

PAPARELLI, R. **Saúde mental relacionada ao trabalho: o caso de educadores da rede pública d ensino Paulistana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PETERS, B. G. **American PublicPolicy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986,

RODRIGUES, J. A. **O mal-estar docente: trabalho, saúde e educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Campus de Joaçaba, 2009. 153 p.

SABROZA, P. C. **Concepções de Saúde e Doença**. Rio de Janeiro: EAD, (Texto de Apoio ao módulo I do Curso de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde). Ensp, 2001.

SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. **Educação, Trabalho e Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, D. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40. Jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acessado em: 10.01.2022

SORATTO, L.; OLIVIER-HECKLER, C. **Os trabalhadores e seu trabalho**. In: CODO, W. (Coord.). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes - Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Universidade de Brasília. Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Trad. João Batista Kreuch. – 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

TRIGO, T. R.; TENG, C. T.; HALLAR, J. E. C. **Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos**. Revisão da Literatura. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/6CTppSZ6X5ZZLY5bXPPFB7S/?format=pdf>

VASCONCELOS, R. N.; MIRANDA, M. P. Psicanálise, educação e o mal estar na formação de professores. **Retratos do mal-estar contemporaneo na**

educação, São Paulo: FE/USP, v. 9, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/lepsi/n9/a48n9.pdf>.

VIEIRA, J.S.; FONSECA, M.S. **Natureza do trabalho docente**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

Recebido: 07 julho 2023

Aprovado: 21 agosto 2023

DOI: 10.3895/rtr.v9n0.17410

Como Citar: MEDEIROS, B. P.; MEDEIROS, S. R.; GRITTI, S. M. Discutindo trabalho docente e adoecimento. *Revista Transmutare*, Curitiba, v. 9, e17410, p. 1-19, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Bruno Padula Medeiros

Brn_o_medeiros@hotmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

